

POLÍTICA

OS HOMENS DA CONSTITUINTE

A comissão que Tancredo chamaria para fazer o anteprojeto tem 33 nomes



Albuquerque Arinos Borja Brossard Costa Reale

Depois de jantar, anteontem, e de almoçar, ontem, com o presidente José Sarney, o presidente da comissão de reforma constitucional, jurista Afonso Arinos de Melo Franco, forneceu, em Brasília, alguns detalhes sobre o funcionamento da comissão encarregada de dar subsídios à Assembléia Nacional Constituinte: os trabalhos serão desenvolvidos no Rio de Janeiro; será preparado apenas um anteprojeto de Constituição, "para ordenar as idéias"; os trabalhos devem estar concluídos até o final do ano, embora o prazo possa ser dilatado; provavelmente não haverá participação de congressistas (ele é contra por julgar difícil a escolha de nomes sem provocar desentendimentos); e o senador Fernando Henrique Cardoso não mais será o relator da comissão em função de sua candidatura à Prefeitura de São Paulo.

A data de instalação e o número de participantes são questões a serem decididas por Sarney, não se sabendo se o presidente da República manterá os 33 nomes escolhidos por Tancredo Neves, dias antes de sua hospitalização. Entre os 33, Tancredo incluiu desde juristas de renome até líderes sindicais, com o objetivo de ampliar o debate na sociedade e permitir que o povo escolhesse com maior conhecimento de causa os delegados constitucionais.

A relação dos nomes, em poder do presidente Sarney, é a seguinte: Afonso Arinos (presidente), Fernando Henrique Cardoso (relator), Paulo Brossard, Josafá Marinho, Paulo Bonavides, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard de Godoy da Matta Machado, general Octávio Costa, José Francisco (presidente da Contag), Laerte Vieira, Dalm Dallari, José Afonso Silva, Célio Borja, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier de Albuquerque, Victor Nunes Leal (falecido), Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Miguel Reale Júnior, Celso Furtado, Arnaldo Malheiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portella, Benedita da Silva (vereadora do PT-RJ), Gilberto de Ulhoa Canto, Evaristo de Moraes Filho (criminalista), César Saldanha de Souza Júnior, Milton Santos, Carlos Alberto de Oliveira, Wal-

ter Barelli, Bolivar Lamounier e jornalista Mauro Santayana (secretário-executivo, nomeado por portaria do ministro da Justiça, Fernando Lyra).

No dia 13 de março, em conversa com Mauro Santayana, Tancredo Neves comentou que seu maior interesse era criar um fato político em torno da comissão, estimulando, assim, um grande debate nacional sobre o novo Estado a ser instituído. Daí a diversidade na escolha dos nomes da comissão, inclusive membros da comunidade negra, representada pelo jornalista Carlos Alberto de Oliveira, o geógrafo Milton Santos e a vereadora Benedita da Silva. Tancredo tinha uma certeza: "Ninguém sabe o que é uma Constituição, no Brasil, principalmente por causa destes vinte anos de arbítrio".

Atritos

Com a morte de Tancredo, porém, afloraram alguns atritos e polêmicas, como as pressões do ministro da Justiça, Fernando Lyra, para que a comissão fosse instalada na sala 2.024 do ministério, que já estava

preparada. Ontem, Afonso Arinos parece ter encerrado a questão, com esta dura resposta: "A comissão funcionará onde eu quiser e eu quero que seja no Rio de Janeiro, no antigo Itamaraty, onde o meu pai, Afrânio de Melo Franco, presidiu os trabalhos da Constituinte de 34". Lyra, agora, quando quiser saber do andamento dos trabalhos, terá de telefonar para o Rio ou deslocar-se até lá.

Pouco antes de inaugurar um busto de seu pai, ontem, na Universidade de Brasília, Afonso Arinos deu sua opinião sobre uma outra polêmica. Disse discordar dos que consideram desnecessária a comissão, alegando que ela poderá condicionar os constituintes a trabalhar numa determinada linha. Isso não ocorrerá, segundo ele, porque haverá apenas um esboço de anteprojeto, permitindo amplo debate.

Outra polêmica foi com a Ordem dos Advogados do Brasil, cujo presidente, Hermann Baeta, afirmara que a Constituinte poderá ser biônica se influenciada pelo Executivo, via comissão. Anteontem, Afonso

Arinos ironizou Baeta, dizendo "ser muito fácil a gente ter resistência àquilo de que não participa". E, ontem, Baeta respondeu que o compromisso da OAB é com a sociedade brasileira e que "as Constituições elaboradas em gabinetes não têm correspondido".

Plebiscito — O deputado Jorge Arbage anunciou que propará emenda constitucional, na próxima semana, determinando a obrigatoriedade de realização de plebiscito para que os congressistas a serem eleitos em 15 de novembro de 1986 sejam investidos de poderes constituintes. Fora disso, argumentou, haverá, necessariamente, uma ruptura da ordem jurídica, "precisamente o que ocorreria na eventualidade de o Congresso decidir a respeito mediante apreciação de emenda constitucional enviada pelo presidente da República".

Judiciário — Entre as propostas apresentadas ontem em Porto Alegre, pelo ministro do Tribunal Federal de Recursos e ministro-substituto do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Mário Velloso, aos juizes participantes do curso "O Poder Judiciário e a nova Constituição da República", estão a autonomia financeira e orçamentária ao Judiciário, a criação de tribunais regionais federais com competência para julgar casos locais e a instituição de tribunais superiores federais de direito público, privado e penal. Tudo para "tornar realidade o verdadeiro Estado de Direito democrático através de um Judiciário independente, ágil e capaz de garantir as liberdades públicas".

CNBB — O presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, d. Ivo Lorscheiter, defendeu ontem a "criação de comissões municipais encarregadas de auscultar as bases da sociedade e depois transmitir sugestões à comissão constitucional".

Mulheres — A senadora Eunice Michiles (PFL-AM) afirmou, em Porto Alegre, em palestra na Federação das Associações Comerciais, que a Constituinte a ser eleita em 86 deve possuir no mínimo 50% de mulheres, ponderando que 52% da população são constituídos de mulheres. "Mulher deve votar em mulher" — disse ela —, "assim como

cada segmento da sociedade que se sinta discriminado, como o negro, em seus representantes".

Exemplo dos EUA — O constitucionalista norte-americano, professor Walter Berns, embora negando-se a fazer sugestões específicas à nova Constituição brasileira, deu ontem, no Rio, alguns conselhos. Citou, por exemplo, as garantias de liberdade de imprensa na Constituição dos EUA, lembrando que um governador de Louisiana, Huey Long, adotava um imposto contra os jornais que lhe faziam oposição, proporcional à sua tiragem, o que foi declarado inconstitucional pela Suprema Corte. Defendeu a tese de que as constituições devem ser documentos resumidos, com os princípios básicos de uma nação; considerou importante deixar a questão religiosa fora da política; defendeu um modelo político que busque a conciliação, para viabilizar a moderação, destacando que até mesmo para se fazer um orçamento é preciso conciliar, assim como é preciso dividir poderes para assegurar os direitos; e, finalmente, defendeu um sistema político que permita aos países, segundo ele, como ocorre nos EUA, ter um governo não de um partido, mas sim da maioria. Como exemplo disso, citou o caso do presidente Reagan, que não tem maioria no Congresso, fato que permite aos EUA um governo da maioria.

Municipalistas — O vice-governador Orestes Quêrcia, presidente da Frente Municipalista Nacional e da Associação Paulista de Municípios, lança hoje a cartilha "Constituição: conheça e participe", documento que servirá de base ao debate sobre a Constituinte a ser levado pelos municipalistas a todo o País. Ontem, em São Bernardo, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal promoveu o debate "O município e a Assembléia Nacional Constituinte", que, entre outros temas, tratou da concessão de mais poder aos municípios; imunidade parlamentar para vereadores; igualdade de tratamento para prefeito, governador e presidente da República, no caso de desvio de verba; descentralização do poder e autonomia municipal.